

### **FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: PLANEJAMENTO**

### **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO X TÁTICO X OPERACIONAL**

<b>ESTRATÉGICO</b>	<b>TÁTICO</b>	<b>OPERACIONAL</b>
<b>LONGO PRAZO</b>	<b>MÉDIO PRAZO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>
<b>TODA A ORGANIZAÇÃO</b>	<b>DEPARTAMENTO</b>	<b>UNIDADE</b> <small>(DENTRO DE UM DEPARTAMENTO)</small>
<b>RISCO ALTO</b>	<b>RISCO MÉDIO</b>	<b>RISCO BAIXO</b>
<b>DIRETORES</b>	<b>GERENTES</b>	<b>SUPERVISORES</b>

## EIXO 1

### PLANEJAMENTO

#### MISSÃO X VISÃO X VALORES X NEGÓCIO

<b>MISSÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➡ É O MOTIVO PELO QUAL A ORGANIZAÇÃO FOI CRIADA.</li><li>➡ REPRESENTA A IDENTIDADE DA ORGANIZAÇÃO.</li><li>➡ É ATEMPORAL (PERMANENTE).</li><li>➡ INDICA QUAIS BENEFÍCIOS A ORGANIZAÇÃO TRARÁ PARA A SOCIEDADE ASSIM COMO O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO NA SOCIEDADE E COMO A ORGANIZAÇÃO PRETENDE ATUAR EM SEU DIA A DIA.</li></ul>
<b>VISÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➡ É A "VISÃO DE FUTURO" DA ORGANIZAÇÃO</li><li>➡ DEVE TRADUZIR O CONSENSO DOS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO SOBRE O FUTURO QUE SE DESEJA, SENDO BASTANTE CLARA E COERENTE COM A MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO.</li></ul>
<b>VALORES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➡ CONJUNTO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS E DAS CRENÇAS QUE NORTEIAM O COMPORTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO.</li><li>➡ CONSTITUEM A BASE PARA A TOMADA DE DECISÃO.</li><li>➡ INDICA COMO OS MEMBROS DEVEM SE COMPORTAR</li></ul>
<b>NEGÓCIO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➡ REPRESENTA O "RAMO DE ATIVIDADES" NO QUAL A EMPRESA ATUA.</li><li>➡ ESTÁ RELACIONADO ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS DA ORGANIZAÇÃO EM UM MOMENTO ESPECÍFICO.</li></ul>

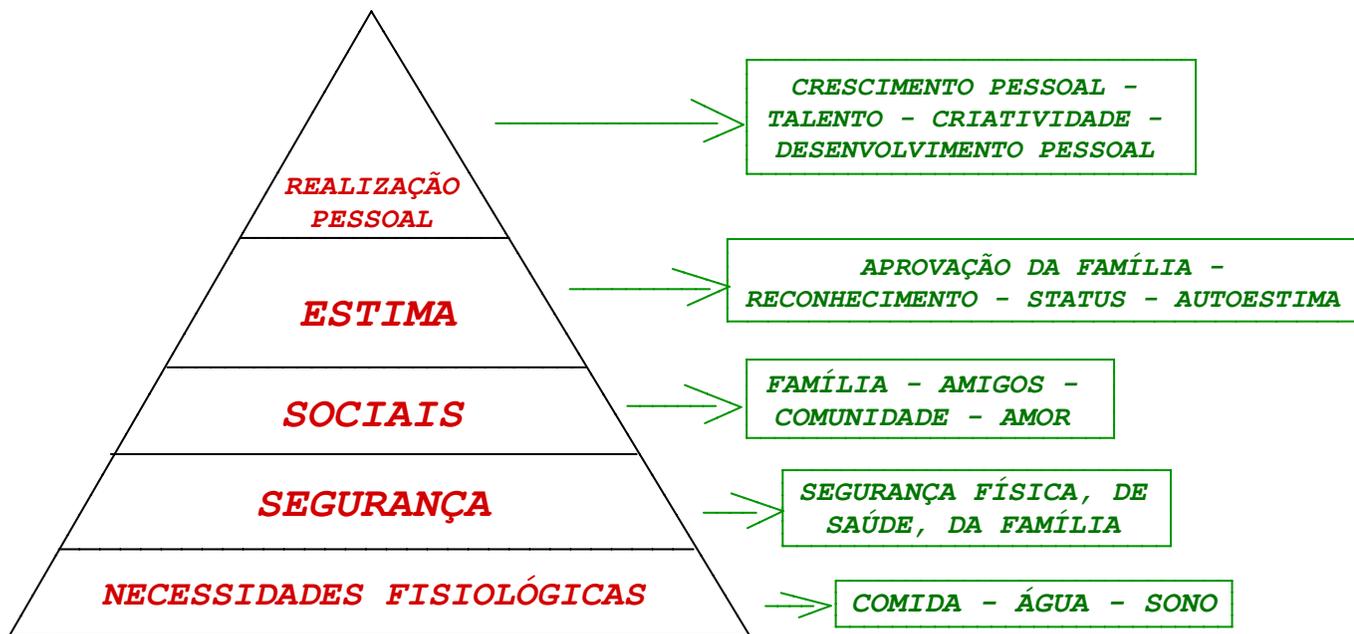
## EIXO 1

### MOTIVAÇÃO

#### TEORIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW

☞ TEORIA DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES OU PIRÂMIDE DE MASLOW DEFENDE QUE O COMPORTAMENTO DA PESSOA É MOTIVADO POR DIVERSOS ESTÍMULOS INTERNOS OU POR NECESSIDADES;

☞ AS NECESSIDADES DEVEM SER SATISFEITAS EM UMA ORDEM, OU SEJA, É NECESSÁRIO, PRIMEIRO, SUPRIR AS NECESSIDADES MAIS BÁSICAS (FISIOLÓGICAS) PARA DEPOIS SUPRIR AS DE NÍVEL SUPERIOR, COMO ESTIMA E AUTORREALIZAÇÃO.



## EIXO 1

### MOTIVAÇÃO

#### TEORIA DOS DOIS FATORES DE HERZBERG

☞ POSSUI ESSE NOME PORQUE OS FATORES QUE LEVAM À SATISFAÇÃO SÃO DIFERENTES DOS QUE LEVAM À INSATISFAÇÃO



#### **FATORES MOTIVACIONAIS**

INTRÍNSECOS (RELACIONADOS  
COM O CONTEÚDO DO CARGO E AO  
FUNCIONÁRIO EM SI)

☞ SERIAM OS RELACIONADOS COM NECESSIDADES DO MAIS ALTO NÍVEL (EX: RECONHECIMENTO, POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO PROFISSIONAL E DE APRENDIZAGEM, ETC.).

☞ QUANDO NÃO EXISTEM, AS PESSOAS SÃO NEUTRAS EM RELAÇÃO À MOTIVAÇÃO, NÃO FICAM MOTIVADAS E NEM DESMOTIVADAS;

#### **FATORES HIGIÊNICOS**

EXTRÍNSECOS (RELACIONADOS  
AO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO)

☞ INFLUENCIAM A INSATISFAÇÃO.

☞ SE FOREM NEGATIVOS, GERAM INSATISFAÇÕES, PORÉM NÃO GERAM SATISFAÇÕES SE FOREM POSITIVOS.

EX: CONDIÇÕES DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO, SEGURANÇA, ETC;

**MUITA  
ATENÇÃO!!**

**O SALÁRIO NÃO É FATOR MOTIVACIONAL,  
NEM A RELAÇÃO INTERPESSOAL!**

## EIXO 1

### CULTURA E CLIMA

 **ATENÇÃO!**  
**MUITO COBRADA**  
**EM PROVAS**

### NÍVEIS DA CULTURA ORGANIZACIONAL DE SHEIN

(COM BASE NO ICEBERG DA CULTURA ORGANIZACIONAL, O AUTOR DESTACA QUE A CULTURA ORGANIZACIONAL É COMPOSTA POR 03 NÍVEIS)

**1º NÍVEL: ARTEFATOS**  
**(ARTEFATOS OBSERVÁVEIS)**

✓ É O NÍVEL MAIS  
SUPERFICIAL, VISÍVEL.

✓ SÃO AS COISAS OU SITUAÇÕES  
QUE INDICAM VISUAL OU  
AUDITIVAMENTE COMO É A  
CULTURA DA ORGANIZAÇÃO.

✓ É UMA DIMENSÃO OBJETIVA E  
O NÍVEL MAIS FÁCIL DE SER  
OBSERVADO E ALTERADO.

**2º NÍVEL: VALORES**  
**COMPARTILHADOS**  
**(CRENÇAS E VALORES**  
**EXPOSTOS)**

✓ NÍVEL QUASE INVISÍVEL,  
DIFICILMENTE VISUALIZADOS.

✓ VALORES QUE DEFINEM  
PORQUE AS PESSOAS FAZEM O  
QUE FAZEM.

**3º NÍVEL: PRESSUPOSIÇÕES**  
**BÁSICAS (SUPOSIÇÕES**  
**BÁSICAS)**

✓ NÍVEL MAIS PROFUNDO E  
INVISÍVEL.

✓ SUPOSIÇÕES TIDAS COMO VERDADES  
INQUESTIONÁVEIS, LOGO, MUITO  
DIFÍCEIS DE SEREM ALTERADAS.

✓ É UMA DIMENSÃO SUBJETIVA.

## EIXO 2

### COMPRAS

#### 1. OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DAS COMPRAS

##### ☞ A ATIVIDADE DE COMPRAS:

- ✓ É UMA OPERAÇÃO COMPLEXA;
- ✓ QUANDO BEM EXECUTADA, É UMA VANTAGEM COMPETITIVA;
- ✓ REQUER PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO;
- ✓ É IMPORTANTE A PESQUISA E SELEÇÃO DOS FORNECEDORES DOS MATERIAIS;
- ✓ NECESSITA DE INSPEÇÃO NA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS MATERIAIS SOLICITADOS;
- ✓ É FUNDAMENTAL PARA A SOBREVIVÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO;
- ✓ FAZ PARTE DO PROCESSO DE LOGÍSTICA, DA CADEIA DE SUPRIMENTOS; E
- ✓ QUANDO FALHA, PODE GERAR PERDA DE EFICIÊNCIA NA CADEIA DE GESTÃO DE MATERIAIS.

#### 1.1. OBJETIVOS

- GARANTIR O FLUXO CONTÍNUO DE MATERIAIS;
- COMPRAR MATERIAIS COM PREÇOS COMPETITIVOS, MINIMIZANDO OS CUSTOS DE PRODUÇÃO;
- ADQUIRIR MATERIAIS DENTRO DOS PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS PELA EMPRESA;
- BUSCAR A PADRONIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS;
- CONSIDERAR AS LIMITAÇÕES DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DOS MATERIAIS QUANDO FOR REALIZADO O PLANEJAMENTO DA COMPRA;
- PESQUISAR E IDENTIFICAR FORNECEDORES PARCEIROS;
- PLANEJAR, EXECUTAR E CONTROLAR TODO PROCESSO DE COMPRAS; E
- INCENTIVAR A INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO CONTÍNUAS DENTRO DA ATIVIDADE E ENTRE TODAS AS ÁREAS DA EMPRESA.

#### 1.2. AS ATIVIDADES DO CICLO DE COMPRAS (O CICLO SEMPRE SE REPETE)

☞ PREPARAÇÃO DO PROCESSO (REQUISIÇÃO DE COMPRAS E MONTAGEM DO SEU RESPECTIVO PROCESSO) -> PLANEJAMENTO DA COMPRA (INDICAÇÃO DE FORNECEDORES) -> SELEÇÃO DOS FORNECEDORES (DEFINIÇÃO) -> CONCORRÊNCIA (AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E NEGOCIAÇÃO) -> CONTRATAÇÃO (EMIÇÃO DOS PEDIDOS DE COMPRAS) -> CONTROLE DE ENTREGA (ACOMPANHAMENTO) -> RECEBIMENTO DA MERCADORIA E ENCERRAMENTO DO PROCESSO -> PREPARAÇÃO DO PROCESSO...

## EIXO 2

### COMPRAS

#### 4.3. CICLO DO PEDIDO NO FORNECEDOR

👉 **PREPARAÇÃO -> TRANSMISSÃO -> RECEBIMENTO  
-> ATENDIMENTO -> RELATÓRIO DA SITUAÇÃO**



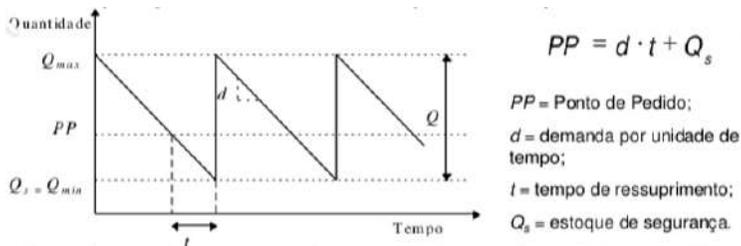
## EIXO 2

### ESTOQUES

#### 4.2. PONTO DO PEDIDO

- ☞ CHEGA-SE AO PONTO DO PEDIDO ANTES DE SE ATINGIR O ESTOQUE MÍNIMO.
- ☞ PARA SER CALCULADO DEVE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O INTERVALO DE TEMPO ENTRE A ANÁLISE DE NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO ATÉ A DISPONIBILIZAÇÃO DO MATERIAL NO ALMOXARIFADO.
- ☞ O INTERVALO DE TEMPO PERPASSA POR 3 ATIVIDADES:
  - + EMISSÃO DO PEDIDO ATÉ SUA CHEGADA AO FORNECEDOR;
  - + PREPARAÇÃO DO PRODUTO PELO FORNECEDOR ATÉ ESTAR EM CONDIÇÃO PARA SER TRANSPORTADO; E
  - + TRANSPORTE DO FORNECEDOR ATÉ O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

#### 4.3. CÁLCULO DO PONTO DO PEDIDO



☞ O CÁLCULO PODE SER TRADUZIDO EM UMA FÓRMULA QUE APRESENTA NOMENCLATURAS DISTINTAS AO SE REFERIR A UM MESMO ITEM:

◆  $PP = C \times TR + EM$ , ONDE:

- $PP$  = PONTO DO PEDIDO;
- $C$  = CONSUMO MÉDIO ESPERADO DO MATERIAL;
- $TR$  = TEMPO DE REPOSIÇÃO; E
- $EM$  = ESTOQUE MÍNIMO DESEJADO.

◆  $PP = D \times T + QS$ , ONDE:

- $PP$  = PONTO DO PEDIDO;
- $D$  = DEMANDA POR UNIDADE DE TEMPO;
- $T$  = TEMPO DE RESSUPRIMENTO; E
- $QS$  = ESTOQUE DE SEGURANÇA.

## EIXO 2

### DICA - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### CONTROLE ADMINISTRATIVO (II)

##### AUTOTUTELA

É A BASE DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

##### AUTOTUTELA

👉 A ADM. PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO AFFECTADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS

👉 PODE REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APECIAÇÃO JUDICIAL

(SÚMULA 473 STF)

NÃO CONFUNDA AUTOTUTELA COM TUTELA (CONTROLE FINALÍSTICO/SUPERVISÃO MINISTERIAL/VINCULAÇÃO)

<b>AUTOTUTELA</b>	<b>TUTELA</b>
👉 EXERCIDO DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PELO SEUS PRÓPRIOS ÓRGÃOS	👉 EXERCIDO PELA ADM. DIRETA SOBRE A INDIRETA
👉 HÁ HIERARQUIA (SUBORDINAÇÃO)	👉 NÃO HÁ HIERARQUIA (APENAS VINCULAÇÃO)

## EIXO 2

### GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

#### GOVERNANÇA

➡ A GOVERNANÇA SE REFERE ÀS CAPACIDADES TÉCNICAS, FINANCEIRAS E GERENCIAIS DO GOVERNO DE IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

➡ É A MANEIRA COMO OS RECURSOS SÃO ADMINISTRADOS

➡ É A FORMA COMO O GOVERNO EXERCE O PODER

➡ É A CAPACIDADE DO GOVERNO DE FORMULAR E IMPLANTAR POLÍTICAS PÚBLICAS.

#### PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA

(DE ACORDO COM O  
BANCO MUNDIAL)

◆ TRANSPARÊNCIA  
◆ EQUIDADE  
◆ ACCOUNTABILITY

◆ RESPONSABILIDADE  
◆ LEGITIMIDADE  
◆ EFICIÊNCIA  
◆ PROBIDADE

#### FUNÇÕES PRINCIPAIS DA GOVERNANÇA

➡ REALIZAR A AVALIAÇÃO DO AMBIENTE, DOS CENÁRIOS, DO DESEMPENHO E DOS RESULTADOS ATUAIS E FUTUROS.

➡ DIRECIONAR E ORIENTAR A PREPARAÇÃO, A ARTICULAÇÃO E A COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS E PLANOS, DE MODO A DEIXAR ALINHADA ÀS FUNÇÕES DA ORGANIZAÇÃO COM AS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS, VISANDO O ALCANCE DAS METAS

➡ MONITORAR OS RESULTADOS, O DESEMPENHO E O CUMPRIMENTO DOS PLANOS.

- As **MEDIDAS DE POSIÇÃO** nada mais são do que estatísticas voltadas a caracterizar o comportamento de determinados elementos presentes em dados. Desta forma, ao analisar o eixo horizontal do gráfico de uma curva de frequência, será tomada como base de orientação sua posição.

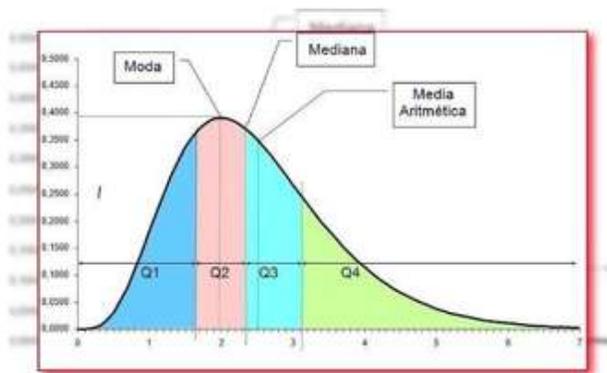
**- Há 2 principais formas de classificar as medidas de posição:**

a) **Medidas de TENDÊNCIA CENTRAL** = É o local onde está a maioria dos valores de uma distribuição. Portanto, vai apresentar o ponto principal de um conjunto de dados apresentados.

**OBS:** As principais medidas utilizadas é a **média aritmética** (divisão da soma dos valores de todos os elementos em uma série de observações); **moda** (Valor que mais frequentemente é apresentado dentro de uma série de observações); **mediana** (Ao organizar as observações feitas, seja em ordem crescente ou decrescente, seria o valor que ocupa a posição central).

b) **Medidas SEPARATRIZES:** Nas medidas separatrizes, haverá a divisão de uma série em várias partes (pelo menos duas), onde todas essas séries deverão conter a mesma quantidade de elementos.

**OBS:** As principais medidas utilizadas é a **mediana** (que divide uma série em 2 partes iguais); **Quartis** (que divide uma série em 4 partes iguais); **decis** (que divide uma série em 10 partes iguais); **percentis** (que divide uma série em 100 partes iguais).



### MEDIANA

- Por fim, é fundamental ter em mente (e compreender o raciocínio) das três principais propriedades envolvendo mediana:

- 1º Propriedade:** Se uma determinada constante for subtraída ou somada por todos os valores de uma certa variável, a mediana do conjunto em questão ficará diminuída ou aumentada de tal constante.
- 2º Propriedade:** Se uma determinada constante for dividida ou multiplicada por todos os valores de uma certa variável, a mediana do conjunto em questão ficará diminuída ou aumentada por essa constante.
- 3º Propriedade:** Quando um determinado número "x" for a mediana dos números, a soma dos desvios absolutos da sequência de números é mínima.

### PRINCIPAIS ESPÉCIES DAS MEDIDAS SEPARATRIZES

- A primeira espécie de medida separatriz que vamos analisar são os **QUARTIS**. Como já dito anteriormente, os quartis são os valores de uma determinada série divididos em quatro partes iguais.

Quartil



FONTE: Universidade de São Paulo

- De maneira bem simples, ao analisar o gráfico acima, você pode concluir que há três quartis para dividir a série em quatro partes iguais e que, o segundo quartil, coincide com a mediana.

## EIXO 3

### MODA

- Quando os **dados estiverem agrupados sem intervalos de classe**, para calcular a moda primeiro é necessário identificar o valor que apresenta a maior frequência absoluta no conjunto. É muito simples!! **Observe o exemplo abaixo de uma tabela com a nota obtida e a quantidade de alunos que obtiveram a nota em uma prova de matemática:**

Nota obtida	Frequência Absoluta
7	12
8	18
9	10
10	8

- Pronto! Identificado que a maior frequência absoluta é 18, a nota obtida tida como moda será "8".
- Por fim, quando os **dados estiverem agrupados em classes** de amplitude igual, o valor dominante da classe que apresenta a maior frequência será a moda. Essa classe é chamada de classe modal.

### OUTRAS ESPÉCIES DE MODA

- A **MODA BRUTA** é calculada tomando o ponto médio da classe modal por meio da seguinte fórmula abaixo, onde  $L_{inf}$  é o limite inferior e  $L_{sup}$  o limite superior:

$$M_o = \frac{l_{inf} + l_{sup}}{2}$$

- Quando você se deparar com uma questão, basta procurar a maior frequência entre as classes, ao identificar, some o limite inferior e superior das classes, divida por dois e você terá a moda bruta.

### ASSIMETRIA

- O **primeiro coeficiente de Pearson** vai conseguir medir o afastamento da simetria a partir da subtração da média e a moda dividindo-os pelo desvio-padrão do grupo de observações. Portanto, é dada a seguinte fórmula:

$$A_{M_o} = \frac{\bar{x} - M_o}{s}$$

- Na equação acima, considere " $\bar{x}$ " a média aritmética da distribuição; " $s$ " o desvio padrão da distribuição; " $M_o$ " a mediana da distribuição.

- O **segundo coeficiente de Pearson** vai medir o afastamento da simetria, também, mas utilizando-se da subtração entre a média e mediana levando em conta o desvio-padrão do grupo de observações interior. Para tanto considere a seguinte equação, onde " $M_d$ " é a mediana da distribuição:

$$A_{M_d} = \frac{3 \times (\bar{x} - M_d)}{s}$$

- Por fim, o **coeficiente quartílico de assimetria**, apesar de não ser comumente cobrado em provas de concurso, vai medir o afastamento da simetria a partir da relação do desvio quartílico superior com o desvio quartílico inferior. Logo, basta utilizar a seguinte fórmula:

$$A_q = \frac{(Q_3 - M_d) - (M_d - Q_1)}{Q_3 - Q_1}$$

- Considere os " $Q$ " os quartis e " $M_d$ " a mediana.

### ASPECTOS DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA BRASILEIRA

- Entre os principais aspectos **POSITIVOS** da descentralização política, faz-se possível citar:

- a) Maior competitividade entre as cidades;
- b) Melhor conhecimento da realidade e necessidades locais;
- c) Mais facilidade no controle social por parte dos cidadãos;
- d) O sistema de freios e contrapesos consegue ser aplicado com mais plenitude.

### CONTROLE SOCIAL E PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS

- **Ator político** é qualquer pessoa, ou grupo social, que consegue participar e influenciar no processo de implementação de políticas públicas, seja de maneira direta ou indireta.

- Os **atores governamentais** são aqueles que possuem algum papel atribuído dentro da estrutura estatal (Ex: Um ordenador de despesas públicas de uma determinada secretaria estadual qualquer).

- Por outro lado, os **atores não governamentais** são aqueles que atuam no âmbito do particular (Ex: Uma organização social do terceiro setor).

- Em todas as etapas de formação das políticas públicas pode ocorrer o controle por parte da sociedade e a participação desta.

- Para fins de prova, a Controladoria Geral da União define o conceito de **controle social** como “a participação do cidadão na gestão pública, fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública.

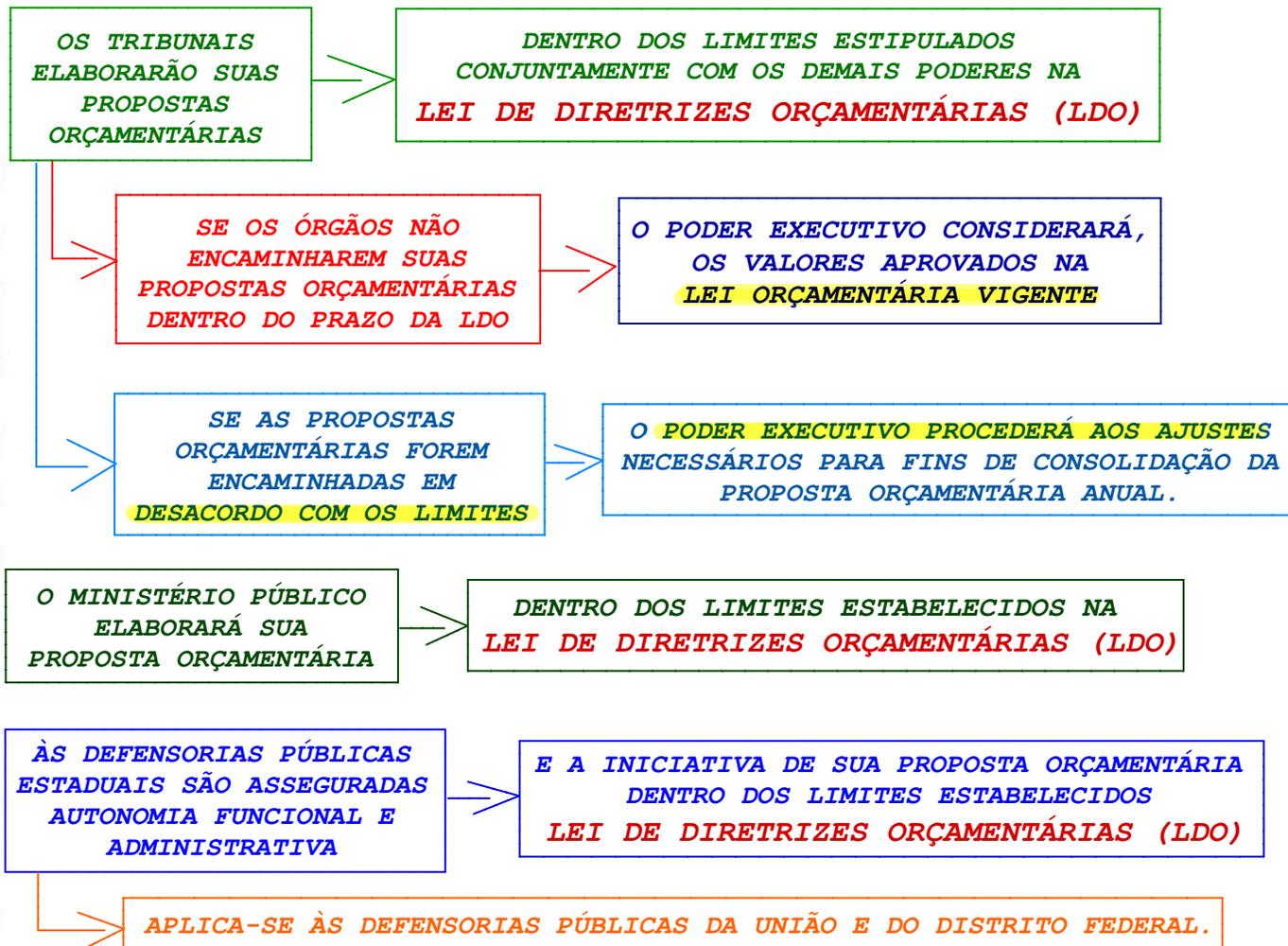
- A Constituição Federal de 1988 é conhecida como “Constituição Cidadã” porque, dentre outros motivos, estabelecer a participação popular e o controle social como duas importantes questões no âmbito da elaboração das políticas públicas.

- Entenda que o controle social não vai somente fiscalizar a atuação da administração pública, mas vai fomentar a mesma com novas ideias e sugestões para a atuação das políticas públicas.

## EIXO 4

### CICLO ORÇAMENTÁRIO

#### DEMAIS PODERES, MPS E DPS (TEXTO CONSTITUCIONAL)



## EIXO 4

### ORÇAMENTO PÚBLICO

#### ORÇAMENTO IMPOSITIVO E AUTORIZATIVO

<b>ORÇAMENTO IMPOSITIVO</b>	<b>UMA VEZ CONSIGNADA UMA DESPESA NO ORÇAMENTO, ELA DEVE SER NECESSARIAMENTE EXECUTADA. O ORÇAMENTO É UMA LEI, LOGO, DEVE SER CUMPRIDO RIGOROSAMENTE. NO BRASIL, É ADOTO PARA A EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS E DE BANCADA.</b>
<b>ORÇAMENTO AUTORIZATIVO</b>	<b>NÃO EXISTE OBRIGATORIEDADE DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO PÚBLICO. O PODER PÚBLICO POSSUI DISCRICIONARIDADE PARA AVALIAR A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. NO BRASIL, O ORÇAMENTO É AUTORIZATIVO NA QUASE TOTALIDADE DA LOA.</b>

#### FUNÇÕES CLÁSSICAS DO ORÇAMENTO

##### FUNÇÃO ALOCATIVA

- ➡ **VISA À PROMOÇÃO DE AJUSTAMENTOS NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS;**
- ➡ **O ESTADO OFERECE DETERMINADOS BENS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS E DESEJADOS PELA SOCIEDADE E QUE NÃO SÃO PROVIDOS PELA INICIATIVA PRIVADA;**
- ➡ **O SETOR PÚBLICO PODE ATUAR PRODUZINDO DIRETAMENTE OS PRODUTOS/SERVIÇOS OU VIA MECANISMOS QUE PROPICIEM CONDIÇÕES PARA QUE SEJAM VIABILIZADOS PELO SETOR PRIVADO.**



# CNU

## SOBRE O OBJETO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

O objeto da Contabilidade Pública é o chamado **PATRIMÔNIO PÚBLICO (e não o orçamento público!)**.

*Patrimônio Público é o conjunto de **direitos e bens**, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.*

**Para se entender o conceito de patrimônio público, é essencial se considerar os seus componentes principais:**

**Bens:** Itens avaliados em moeda capazes de satisfazer as necessidades das entidades, como veículos utilizados nas atividades da entidade.

**Direitos:** Valores a receber de terceiros, gerados por operações da entidade, como contas a receber.

**Obrigações:** Dívidas contraídas pela entidade junto a terceiros, como contas a pagar.

A Contabilidade Pública permite o controle do patrimônio público, possibilitando o acompanhamento do estoque, veículos disponíveis, bens imóveis administrados e despesas incorridas pela entidade. Destaca-se que os bens podem ser tangíveis ou intangíveis, ampliando o escopo da contabilidade no setor público. Este conhecimento é fundamental para acertar questões de prova relacionadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

### BENS TANGÍVEIS:

Também conhecidos como bens materiais ou corpóreos.

Possuem substância física e podem ser tocados.

Exemplos incluem veículos e bens imóveis.

### BENS INTANGÍVEIS:

Também conhecidos como bens imateriais ou incorpóreos.

Não possuem substância física e não podem ser tocados.

Exemplos incluem marcas (como a marca Petrobras) e patentes.

## RECEITA ORÇAMENTÁRIA E SUAS CLASSIFICAÇÕES

- Os códigos da origem para as Receitas Correntes e de Capital são:

Categoria Econômica (1º dígito)	Origem (2º dígito)
1 Receitas Correntes	1 Impostos, taxas e contribuições de melhoria
7 Receitas Correntes Intraorçamentárias	2 Contribuições
	3 Receita Patrimonial
	4 Receita Agropecuária
	5 Receita Industrial
	6 Receita de Serviços
	7 Transferências Correntes
	9 Outras Receitas Correntes
2 Receitas de Capital	1 Operação de Crédito
8 Receitas de Capital Intraorçamentárias	2 Alienação de Bens
	3 Amortização de Empréstimos
	4 Transferências de Capital
	9 Outras Receitas de Capital

- Pode-se memorizar as origens das receitas pelos seguintes mnemônicos:

**Origem das Receitas Correntes: Tributa Con PAIS Trans Ou**

**Origem das Receitas de Capital: Opera Ali Amor Trans Ou**

## EIXO 4

### MODALIDADES DE LICITAÇÃO

#### CONCORRÊNCIA

DE BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

(RITO COMUM)

CONCORRÊNCIA

MODALIDADE PARA  
CONTRATAÇÃO

DE OBRAS

SERVIÇOS COMUNS E  
ESPECIAIS DE ENGENHARIA

 OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA  
ADMITEM O PREGÃO OU A CONCORRÊNCIA

CRITÉRIOS DE  
JULGAMENTO

✓ MENOR PREÇO; ✓ TÉCNICA E PREÇO;  
✓ MELHOR TÉCNICA OU ✓ MAIOR RETORNO ECONÔMICO;  
✓ CONTEÚDO ARTÍSTICO; ✓ MAIOR DESCONTO.

BENS E  
SERVIÇOS  
ESPECIAIS

☞ NÃO SÃO COMUNS;  
☞ NÃO PODEM SER DEFINIDOS OBJETIVAMENTE;  
☞ POSSUEM "ALTA HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE".

CONCEITO  
DE OBRAS

☞ SÃO PRIVATIVAS DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO;  
☞ INOVAM O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA;  
☞ ACARRETAM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO IMÓVEL.

CONCEITO DE  
SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA

☞ DESTINADOS A OBTER DETERMINADA UTILIDADE,  
INTELLECTUAL OU MATERIAL;  
☞ SERVIÇOS PRIVATIVOS DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO  
E ENGENHEIRO OU DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;  
☞ QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE OBRA

## EIXO 5

### GESTÃO DE DOCUMENTOS

### FASES

☞ A GESTÃO DE DOCUMENTOS PODE SER DIVIDIDA EM TRÊS FASES BÁSICAS: A PRODUÇÃO, A UTILIZAÇÃO E A DESTINAÇÃO. (DESPENCA EM PROVA)



<b>PRODUÇÃO (FASE 1)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>☞ NESSA FASE, OS DOCUMENTOS SÃO CRIADOS DE FORMA RACIONAL DE ACORDO COM AS ATIVIDADES NATURAIS DE UM ÓRGÃO OU SETOR DA INSTITUIÇÃO.</li><li>☞ EVITA A CRIAÇÃO DE DOCUMENTOS DESNECESSÁRIOS.</li><li>☞ VISA A RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO, DE MODO QUE A INSTITUIÇÃO PRODUZA SOMENTE AQUILO QUE É INDISPENSÁVEL PARA O SEU FUNCIONAMENTO</li></ul>
<b>UTILIZAÇÃO (FASE 2)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>☞ ESSA FASE DIZ RESPEITO AO FLUXO DO DOCUMENTO ENQUANTO ESTÁ CUMPRINDO A SUA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. ADEMAIS, INCLUI A SUA GUARDA APÓS O ENCERRAMENTO DA SUA TRAMITAÇÃO.</li><li>☞ NESSA FASE, PENSE NO CONTROLE, NO USO E NO ARMAZENAMENTO DESSES DOCUMENTOS.</li><li>☞ DESTACA-SE QUE ESSA FASE TAMBÉM INCLUI A ATIVIDADE DE PROTOCOLO.</li></ul>
<b>DESTINAÇÃO/ AVALIAÇÃO (FASE 3)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>☞ É A FASE MAIS COMPLEXA DAS 3. NESSA FASE, SÃO ESTABELECIDOS OS PRAZOS DE GUARDA E A DESTINAÇÃO FINAL DOS DOCUMENTOS.</li><li>☞ NESSE MOMENTO, É TOMADA A DECISÃO SE OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ELIMINADOS OU SER CUSTODIADOS DE FORMA DEFINITIVA EM ARQUIVOS PERMANENTES.</li></ul>

## EIXO 5

### INTRODUÇÃO À ARQUIVOLOGIA PRINCÍPIOS DA ARQUIVOLOGIA

🔥 **DESPENCA  
EM PROVA** 🔥

(DEPENDENDO DO AUTOR, TAMBÉM SÃO ROTULADOS COMO CARACTERÍSTICAS)

PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA: PRINCÍPIO DO "RESPEITO  
AOS FUNDOS" OU PRINCÍPIO DO "MÉTODO HISTÓRICO".

**PRINCÍPIO DA  
PROVENIÊNCIA**

**O ARQUIVO PRODUZIDO POR UMA ENTIDADE  
COLETIVA, PESSOA OU FAMÍLIA NÃO DEVE SER  
MISTURADO AOS DE OUTRAS ENTIDADES PRODUTORAS**

**OS ARQUIVOS DEVEM RESPEITAR A SUA  
ORIGEM, OU SEJA, A SUA PROVENIÊNCIA**

**MANUTENÇÃO NO RESPECTIVO FUNDO**

👉 **PARA O DBTA FUNDOS SÃO CONJUNTOS DE DOCUMENTOS  
DE UMA MESMA PROVENIÊNCIA.**

👉 **FUNDOS ABERTOS X FECHADOS:**

✓ **EM REGRA, EM FUNDOS ABERTOS NOVOS DOCUMENTOS  
PODEM SER ACRESCENTADOS E EM FUNDOS FECHADOS, NÃO.**

## EIXO 5

### DOCUMENTOS

#### CONCEITO

**DOCUMENTOS**

UNIDADES DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES,  
QUALQUER QUE SEJA O SUPORTE OU FORMATO

**DEFINIÇÕES  
DO DBTA**

👉 **INFORMAÇÃO:** "ELEMENTO REFERENCIAL, NOÇÃO, IDEIA  
OU MENSAGEM CONTIDA EM UM DOCUMENTO".

👉 **SUPORTE:** "MATERIAL NO QUAL SÃO REGISTRADAS AS  
INFORMAÇÕES".

👉 **FORMATO:** CONJUNTO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE  
APRESENTAÇÃO, DAS TÉCNICAS DE REGISTRO E DA  
ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E CONTEÚDO DE UM DOCUMENTO.

#### CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

**GÊNERO  
DOCUMENTAL**

REUNIÃO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS QUE SE ASSEMELHAM POR  
SEUS CARACTERES ESSENCIAIS, PARTICULARMENTE O SUPORTE  
E O FORMATO, E QUE EXIGEM PROCESSAMENTO TÉCNICO  
ESPECÍFICO E, POR VEZES, MEDIAÇÃO TÉCNICA PARA ACESSO,

COMO DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS, DOCUMENTOS  
BIBLIOGRÁFICOS, DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS,  
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, DOCUMENTOS FILMOGRÁFICOS,  
DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS, DOCUMENTOS  
MICROGRÁFICOS, DOCUMENTOS TEXTUAIS, ETC.

## EIXO 5

### CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS

#### DOCUMENTOS PERMANENTES

#### DOCUMENTOS PERMANENTES

CONSIDERAM-SE PERMANENTES OS CONJUNTOS DE DOCUMENTOS DE VALOR **HISTÓRICO, PROBATÓRIO E INFORMATIVO** QUE DEVEM SER DEFINITIVAMENTE PRESERVADOS. (CONFORME A LEI 8.159/1991)

REPRESENTA A **TERCEIRA E ÚLTIMA FASE DO CICLO VITAL DE DOCUMENTOS**. QUANDO O DOCUMENTO CHEGA À FASE PERMANENTE, DEVE SER **ARQUIVADO DE FORMA DEFINITIVA E JAMAIS PODERÁ SER ELIMINADO**.

PASSAM A INTERESSAR MAIS AOS **PESQUISADORES** (FINS CIENTÍFICOS, SOCIAIS E CULTURAIS) DO QUE AOS PRODUTORES

DEVEM SITUAR-SE EM **LUGARES ACESSÍVEIS E DOTADOS DE SALAS DE PESQUISAS** PARA ATENDER AO PÚBLICO COMO CENTROS CULTURAIS, DE INFORMAÇÃO, UNIVERSIDADES, ETC

👉 **DBTA - CONJUNTO DE DOCUMENTOS PRESERVADOS EM CARÁTER DEFINITIVO EM FUNÇÃO DE SEU VALOR.**

👉 **TAMBÉM CHAMADO ARQUIVO HISTÓRICO.**

**OS DOCUMENTOS DE VALOR PERMANENTE SÃO INALIENÁVEIS E IMPRESCRITÍVEIS**

### COMUNICAÇÃO - DEFINIÇÃO

Comunicação é o **ato de transmitir e receber mensagens ou informações, seja por linguagem oral, escrita ou gestual, utilizando sistemas de signos e símbolos.**

Portanto, a comunicação envolve:

- uma **mensagem/informação** dotada de conteúdo; e
- a **transmissão** dessa mensagem/informação por parte de um **emissor** para um **portador**.

### PARA NÃO ESQUECER!

Nem sempre uma comunicação ocorrerá pessoalmente. Lembre-se da comunicação via **email, cartas e redes sociais**.

A palavra "comunicação" tem origem na expressão latina "**communicatio**", decomposta em "co" (atividade realizada conjuntamente), "munis" (estar encarregado de) e "tio" (realização de atividade).

Embora nem toda comunicação implique o retorno por parte do receptor, espera-se, comumente, que isso ocorra. Espera-se, em outras palavras, um **feedback (uma interação)**.

### COMUNICAÇÃO x INFORMAÇÃO

"**Informação**" não é sinônimo de "**comunicação**". Em provas, a relação entre esses termos é explorada.

A **informação** consistem em dados isolados sem relação direta com um receptor, enquanto a **comunicação** ativa a informação, tornando-a significativa.

- Ou seja, a presença de informação é essencial para a comunicação, mas nem toda informação passa pelo **processo relacional** entre emissor e receptor para se tornar comunicação.



# CNU

## *POLÍTICAS PÚBLICAS*

### CLASSIFICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- A PRIMEIRA DAS CLASSIFICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIZ  
**QUANTO AOS SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE:**

a) **Políticas distributivas:** São políticas voltadas para determinados grupos sociais que estão em situação menos favorecida, mas estes benefícios possuem seus custos divididos com toda a coletividade, como por exemplo, renúncias fiscais.

b) **Políticas redistributivas:** **Muita atenção na diferença para as políticas distributivas!!**

Aqui, há um benefício de uma política pública restrita para um grupo de pessoas, mas os custos são arcados apenas por um grupo específico (e não pela coletividade, de maneira indistinta).

c) **Políticas regulatórias:** Esse tipo de políticas tem como escopo regular a forma como os grupos e organizações sociais devem atuar e se comportar.

Um bom exemplo de políticas regulatória são as regras de tráfego aéreo.

d) **Políticas constitutivas:** De maneira bem sintética, são as políticas voltadas a estabelecer questões de jurisdição, regras de disputa política, competências e regras para a elaboração de políticas públicas.

São políticas que possuem um status um pouco acima dos demais tipos de políticas.

### CLASSIFICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

#### A SEGUNDA CLASSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIZ SOBRE:

- a) **Políticas Administrativas:** Políticas públicas para estipulação do processo de descentralização da tomada central de decisões.
- b) **Políticas Sociais:** São políticas públicas voltadas a oferecer os direitos sociais, muitos encontrados no artigo sétimo da Constituição Federal, como saúde e educação.
- c) **Políticas Setoriais:** Voltadas à determinado setor público, tal como uma política voltada às mulheres, ao meio ambiente, à cultura etc.
- d) **Políticas Macroeconômicas:** São as políticas públicas que abordam questões cambiais, fiscais, monetárias, comerciais e industriais.

#### A TERCEIRA CLASSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FALA SOBRE O SEU PAPEL NAS RELAÇÕES SOCIAIS:

- a) **Políticas Distributivas:** São políticas que distribuem benefícios de caráter individual, a partir da alocação de recursos.
- b) **Políticas Redistributivas:** São políticas voltadas a redistribuir recursos entre os mais diferentes grupos sociais, assim, tiram recursos de um grupo para beneficiar outro grupo.
- c) **Políticas Regulatórias:** São políticas voltadas a estabelecer procedimentos e regras voltados à atuação dos atores políticos, visando atender o interesse social.



# CNU

## POLÍTICAS PÚBLICAS

### POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS DA CORRUPÇÃO

- Para iniciar este tópico, vamos conceituar a **CORRUPÇÃO** como o uso indevido por um agente, seja ele público ou particular, da sua posição (ou status) dentro de um determinado organismo para alcançar alguma vantagem indevida para si mesmo ou terceiros.

- Em resumo, note que a corrupção parte do abuso de poder para algum ganho privado indevido.
- Apesar de, conceitualmente, haver corrupção, no sentido pleno da palavra, na esfera privada, no Brasil, a corrupção entre particulares **NÃO É CRIME**. Por outro lado, na esfera pública, corrupção é sim crime.

**OBS:** Corrupção é um gênero no qual há uma variedade de crimes, que são as espécies.

- Entrando no âmbito do Código Penal, a corrupção em sentido estrito pode se manifestar em dois tipos penais:

a) **Corrupção ATIVA:** Previsto no artigo 333 do CP, se configura quando uma pessoa oferece ou promete uma vantagem indevida para um funcionário público, para que este pratique, omita ou retarde ato de ofício.

b) **Corrupção PASSIVA:** Previsto no artigo 317 do CP, ocorre quando o funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.

- Esses dois tipos penais são **INDEPENDENTES** e podem ocorrer de maneira autônoma.
- Os sistemas de controles que foram citados anteriormente, são mecanismo fundamentais para detectar eventuais práticas de corrupção.

- O conceito de **FRAUDE**, em resumo, pode ser definido como qualquer ato ou omissão que ocorra de maneira intencional, realizado com a finalidade de enganar terceiros, o qual resulta em ganhos para o autor da fraude e perdas para a vítima.

### INTRODUÇÃO AO ESTADO BRASILEIRO E SUA CONSTITUIÇÃO

- A ideia de **cidadania**, muito comumente ouvida nos debates que envolvem questões pública, pode ser conceituada como o direito de um indivíduo participar na fomentação política (em todos os níveis) e negócios do Estado.

- Não é de menos que a atual Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, prevê no seu artigo primeiro a cidadania como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

#### - A doutrina costuma dividir o conceito de cidadania em duas perspectivas:

a) **Cidadania em sentido MATERIAL:** A previsão de cidadania apenas em sentido formal, não possibilita todas as pessoas a efetivarem a cidadania de maneira plena. O direito a saúde, por exemplo, é um dos direitos sociais previstos em nossa Carta Magna, mas quando ele não é efetivado ocorre supressão parcial da cidadania.

b) **Cidadania em sentido FORMAL:** Está ligada com a ideia de nacionalidade, ou seja, dos critérios estipulados na Constituição Federal que vinculam um indivíduo ao estado brasileiro. Portanto, uma pessoa que adquire cidadania em seu sentido formal passa a ser, automaticamente, detentora de direitos políticos, civis e sociais (mesmo que não sejam assegurados de forma uniforme para todos).

- Posto isto, a cidadania é assegurada como meio da evolução dos direitos civis (ligados às liberdades individuais), direitos sociais (ligados ao bem-estar social e econômico) e direitos políticos (ligados à participação no poder político).

- A Constituição Federal é o documento maior que baliza e origina a forma como um estado é conduzido.

## *DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*

### FORMA DE ESTADO E FORMA, REGIME E SISTEMA DE GOVERNO

- Vamos analisar, agora, quatro importantes formas de organização que o estado brasileiro apresenta:

a) **Forma de Estado:** O Brasil é uma **FEDERAÇÃO**.

Em um estado federado, a sua principal característica é a descentralização político-administrativa entre os entes da federação.

Não há superioridade ou hierarquia entre os entes (união é mais poderosa que um estado-membro), mas eles estão em situação de igualdade.

b) **Forma de Governo:** O Brasil é uma **REPÚBLICA**.

Como já dito em passagens anteriores, a principal característica de uma república é que o governo pertence ao povo. Logo, os políticos e governantes são escolhidos pelo povo para exercerem suas competências de maneira transitória.

c) **Sistema de Governo:** O Brasil adotou o sistema **PRESIDENCIALISTA**.

Em suma, o sistema de governo define como é dada a relação entre Poder Legislativo e o Poder Executivo.

O Poder Legislativo não atua, de maneira direta, no governo. Posto isso, a chefia de estado e governo é exercida simultaneamente pela figura do Presidente da República.

d) **Regime de Governo:** O Brasil adota o regime **DEMOCRÁTICO**.

Nesse regime de governo, os direitos envolvendo a cidadania podem ser aplicados, tão como há interação entre o povo e governantes, resultando em convergência entre eles.

## INTRODUÇÃO À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

- Em sua primeira aceção a proteção ao meio ambiente tinha a legislação voltada a uma perspectiva **antropocêntrica**, buscando garantir qualidade e segurança ambiental para o ser humano desfrutar dos seus direitos.
- Atualmente, a proteção ambiental assume uma perspectiva **biocêntrica** e **ecocêntrica**. Naquele os próprios animais estão começando a adquirir direitos a serem tutelados, assim, se preocupando com outras formas de vida além da humana, enquanto nesse além dos direitos dos homens e animais, há interesses da própria natureza que devem ser resguardados.
- **Em julgamento do STJ, em sede de recurso especial, a jurisprudência brasileira reconheceu existência de direitos em favor de animais não-humanos e natureza.**

## OS REFUGIADOS AMBIENTAIS E A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

- As mudanças climáticas geraram a degradação de importantes recursos ambientais, os quais são essenciais para a vida dos seres humanos.
- Por conta dos riscos à segurança e sobrevivência gerados pelos impactos ambientais, várias pessoas se veem na necessidade de migrar para outras localidades em busca de melhores condições. Essas pessoas são chamadas de **REFUGIADOS AMBIENTAIS**.
- **Ainda não há uma proteção jurídica específica para os refugiados ambientais, assim, afetando a delimitação de um possível regime protetivo aos mesmos.**
- Os refugiados ambientais podem deixar seu habitat natural de maneira permanente ou temporária.
- **Perturbação ambiental** = Mudanças biológicas, químicas ou físicas que tornem, de maneira temporária ou permanente, insustentável a vida em um determinado ecossistema.

## TEORIA DA ÉTICA

### ÉTICA E MORAL

#### PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

<b>PRINCÍPIOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ SÃO MANDAMENTOS UNIVERSAIS, COMUNS A TODOS OS INDIVÍDUOS E GRUPOS.</li><li>✓ OS PRINCÍPIOS SÃO JUÍZOS ABSTRATOS DE VALOR QUE ORIENTAM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS REGRAS.</li></ul>
<b>VALORES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ SÃO NORMAS OU PADRÕES SOCIAIS GERALMENTE ACEITOS POR DETERMINADO INDIVÍDUO OU SOCIEDADE, OU SEJA, DEPENDEM DO CONTEXTO CULTURAL NO QUAIS ESTÃO INSERIDOS.</li><li>✓ OS VALORES SÃO PESSOAIS, SUBJETIVOS E RELATIVOS. EXEMPLO DE VALORES: HONESTIDADE E ALTRUIZMO.</li></ul>
<b>VIRTUDES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ SÃO DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO ESPÍRITO, AS QUAIS, POR UM ESFORÇO DA VONTADE, INCLINAM À PRÁTICA DO BEM.</li><li>☞ ARISTÓTELES AFIRMA QUE HÁ DUAS ESPÉCIES DE VIRTUDES: A INTELLECTUAL E A MORAL.</li><li>✓ A INTELLECTUAL É ADQUIRIDA POR MEIO DO ENSINO, A QUAL NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E TEMPO.</li><li>✓ A MORAL É ADQUIRIDA COMO RESULTADO DO HÁBITO, QUE DETERMINA NOSSO COMPORTAMENTO COMO BOM OU RUIM.</li></ul>



# CNU

## ÉTICA

### DIREITOS CIVIS

- Proteção da **LIBERDADE** dos indivíduos
  - Exemplos: direito à vida, direito à propriedade privada, liberdade de locomoção, liberdade de expressão, liberdade religiosa, e outros.

### DIREITOS POLÍTICOS

- Associados à **CONDUÇÃO DA DEMOCRACIA**
  - Exemplos: direito ao voto, direito à candidatura em cargos políticos, direito à filiação partidária.

### DIREITOS SOCIAIS

- Direitos a serem **CONCRETIZADOS PELO ENTE PÚBLICO**, por intermédio de **POLÍTICAS PÚBLICAS**.
- Visam garantir um **bem-estar mínimo** aos indivíduos.
- Objetivo: **redução das desigualdades**.
  - Exemplos: direito à saúde, direito à moradia, direito ao lazer, direito à segurança, direito à previdência social, direito à alimentação, direito de proteção à maternidade e à infância, direito de assistência aos desamparados.

## ÉTICA E INTEGRIDADE

### GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

#### GOVERNABILIDADE

➔ **ESTÁ ASSOCIADA À CAPACIDADE POLÍTICA DE GOVERNAR E À LEGITIMIDADE.**

LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DO ESTADO  
+ LEGITIMIDADE POLÍTICA DO GOVERNO

➔ ASSIM, UM GOVERNO POSSUI GOVERNABILIDADE CASO POSSUA O APOIO DO POVO E DO PODER LEGISLATIVO PARA GOVERNAR

#### DIMENSÕES DA GOVERNABILIDADE

3  
DIMENSÕES

CAPACIDADE GOVERNAMENTAL PARA IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS PROBLEMAS E FORMULAR AS MEDIDAS ADEQUADAS AO SEU ENFRENTAMENTO

CAPACIDADE DO GOVERNO DE MOBILIZAR OS MEIOS E RECURSOS NECESSÁRIOS PARA PODER EXECUTAR E IMPLEMENTAR ESSAS POLÍTICAS

CAPACIDADE DO ESTADO DE LIDERAR, SEM A QUAL AS DECISÕES TORNAM-SE INÓCUAS

## FINANÇAS PÚBLICAS

### PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

#### PUBLICIDADE

➡ É CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO ATO A DIVULGAÇÃO EM VEÍCULOS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO.

#### TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

➡ AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIO ELETRÔNICO, DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS E ANEXOS;

➡ INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR.

#### LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA

➡ A APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DEVE OBSERVAR O PROCESSO LEGISLATIVO

#### PROGRAMAÇÃO

➡ O ORÇAMENTO DEVE EXPRESSAR AS REALIZAÇÕES E OBJETIVOS DE FORMA PROGRAMADA. VINCULA AS NORMAS ORÇAMENTÁRIAS À CONSECUÇÃO E À FINALIDADE DO PPA E AOS PROGRAMAS NACIONAIS, REGIONAIS E SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO.

#### CLAREZA

➡ O ORÇAMENTO DEVE SER CLARO, ORDENADO E COMPLETO

#### UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

➡ O ORÇAMENTO DE CADA ENTE DEVE APRESENTAR O MÍNIMO DE PADRONIZAÇÃO/ UNIFORMIDADE NA APRESENTAÇÃO DE DADOS, DE FORMA A PERMITIR QUE OS USUÁRIOS REALIZEM COMPARAÇÕES ENTRE OS DIVERSOS PERÍODOS.

## FINANÇAS PÚBLICAS

PPA - LDO - LOA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

(ELO ENTRE O PPA E A LOA)

LDO

COMPREENDE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ESTABELECE AS DIRETRIZES DE POLÍTICA FISCAL E RESPECTIVAS METAS, EM CONSONÂNCIA COM TRAJETÓRIA SUSTENTÁVEL DA DÍVIDA PÚBLICA

ORIENTARÁ A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ESTABELECE A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO.

É ANUAL, MAS A VIGÊNCIA EXTRAPOLA O EXERCÍCIO FINANCEIRO, UMA VEZ QUE É APROVADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO E ORIENTA A ELABORAÇÃO DA LOA NO SEGUNDO SEMESTRE. ADEMAIS, ESTABELECE REGRAS ORÇAMENTÁRIAS A SEREM EXECUTADAS AO LONGO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE

O PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO

É DE 08 MESES E MEIO ANTES DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO (15/04)

E A DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO DEVE SER REALIZADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO DA SESSÃO LEGISLATIVA (17/07)

 A SESSÃO LEGISLATIVA NÃO SERÁ INTERROMPIDA SEM A APROVAÇÃO DA LDO

## FINANÇAS PÚBLICAS

PPA - LDO - LOA

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

➔ INSTRUMENTO PELO QUAL O PODER PÚBLICO PREVÊ A ARRECADAÇÃO DE RECEITAS E FIXA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS PARA O PERÍODO DE 1 ANO

➔ DEVE CONTER APENAS MATÉRIAS ATINENTES À PREVISÃO DAS RECEITAS E À FIXAÇÃO DAS DESPESAS, SENDO LIBERADAS, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, AS AUTORIZAÇÕES PARA CRÉDITOS SUPLEMENTARES E OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INCLUSIVE POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

➔ A CONSTITUIÇÃO VEDA O INÍCIO DE PROGRAMAS OU PROJETOS NÃO INCLUÍDOS NA LOA, BEM COMO A CONCESSÃO OU UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS ILIMITADOS

➔ ORIENTADA PELAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PPA, COMPREENDE AS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS, SEGUINDO AS METAS E PRIORIDADES ESTABELECIDAS NA LDO

➔ 04 MESES ANTES DO TÉRMINO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO (31/08)

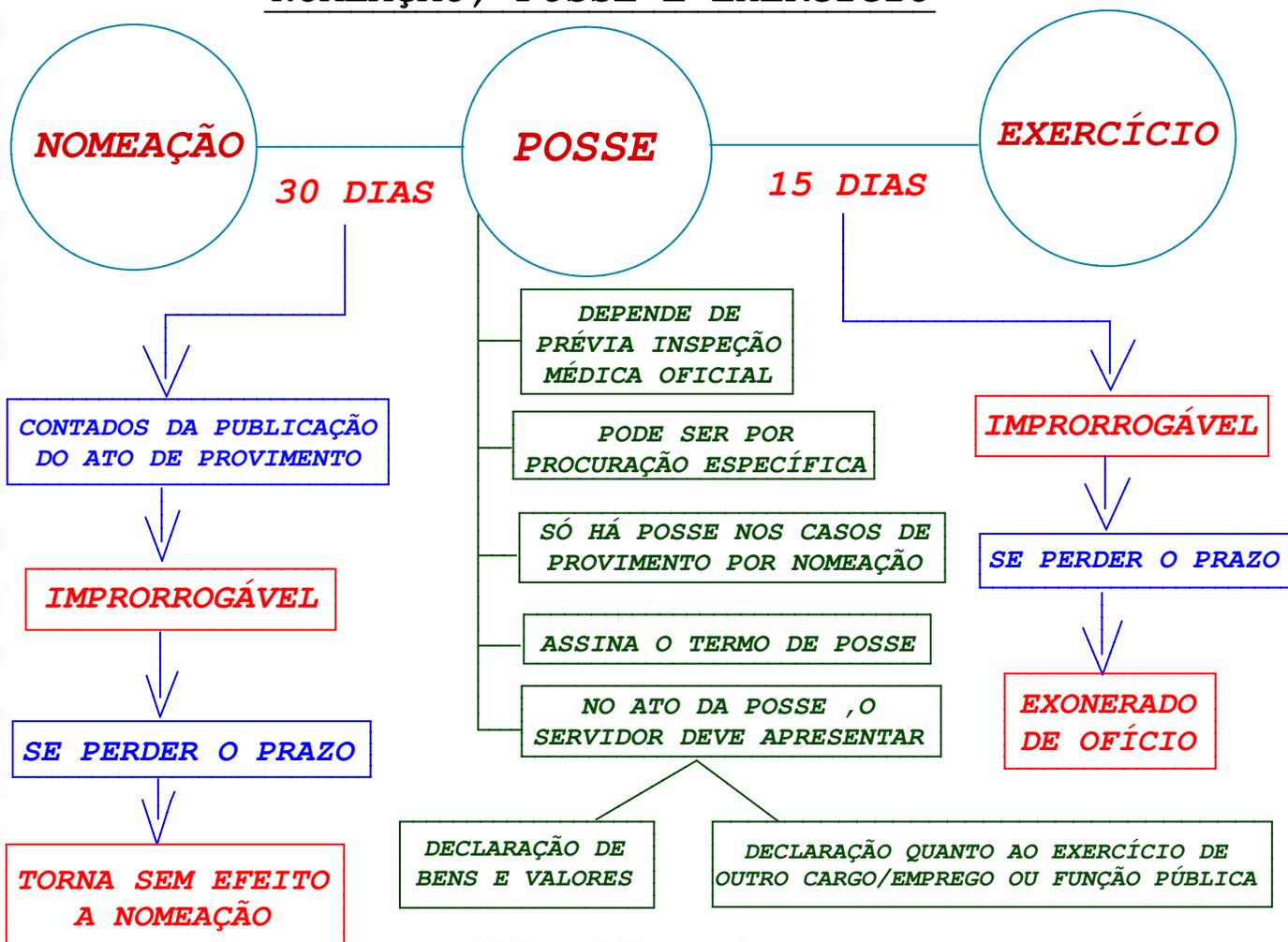
➔ O PROJETO DA LOA DEVERÁ SER ENCAMINHADO AO LEGISLATIVO

➔ E DEVOLVIDA AO EXECUTIVO ATÉ O ENCERRAMENTO DA SESSÃO LEGISLATIVA (22/12) DO EXERCÍCIO DE SUA ELABORAÇÃO

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

**DICA - LEI 8.112/90**

### NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

### DICA - AGENTES PÚBLICOS

#### CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO

#### AGENTE PÚBLICO

TODO AQUELE, AINDA QUE TRANSITORIAMENTE  
OU SEM REMUNERAÇÃO,

POR ELEIÇÃO, NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO, CONTRATAÇÃO  
OU QUALQUER OUTRA FORMA DE INVESTIDURA OU  
VÍNCULO, EXERCE MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO

#### AGENTES DE FATO: NECESSÁRIO X PUTATIVO

#### AGENTES NECESSÁRIOS

ATUAM EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS,  
COLABORANDO COM O PODER PÚBLICO

EX: CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA

#### AGENTES PUTATIVOS

SÃO OS QUE DESEMPENHAM UMA ATIVIDADE PÚBLICA  
NA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE

PORÉM, A SUA INVESTIDURA FOI ILEGAL  
(EX: SEM CONCURSO OU COM FRAUDE NO CONCURSO)

IMPORTANTE: PELA TEORIA DA APARÊNCIA, OS ATOS DOS AGENTES  
DE FATO, EM REGRA, SÃO CONSIDERADOS **VÁLIDOS**

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

### DICA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

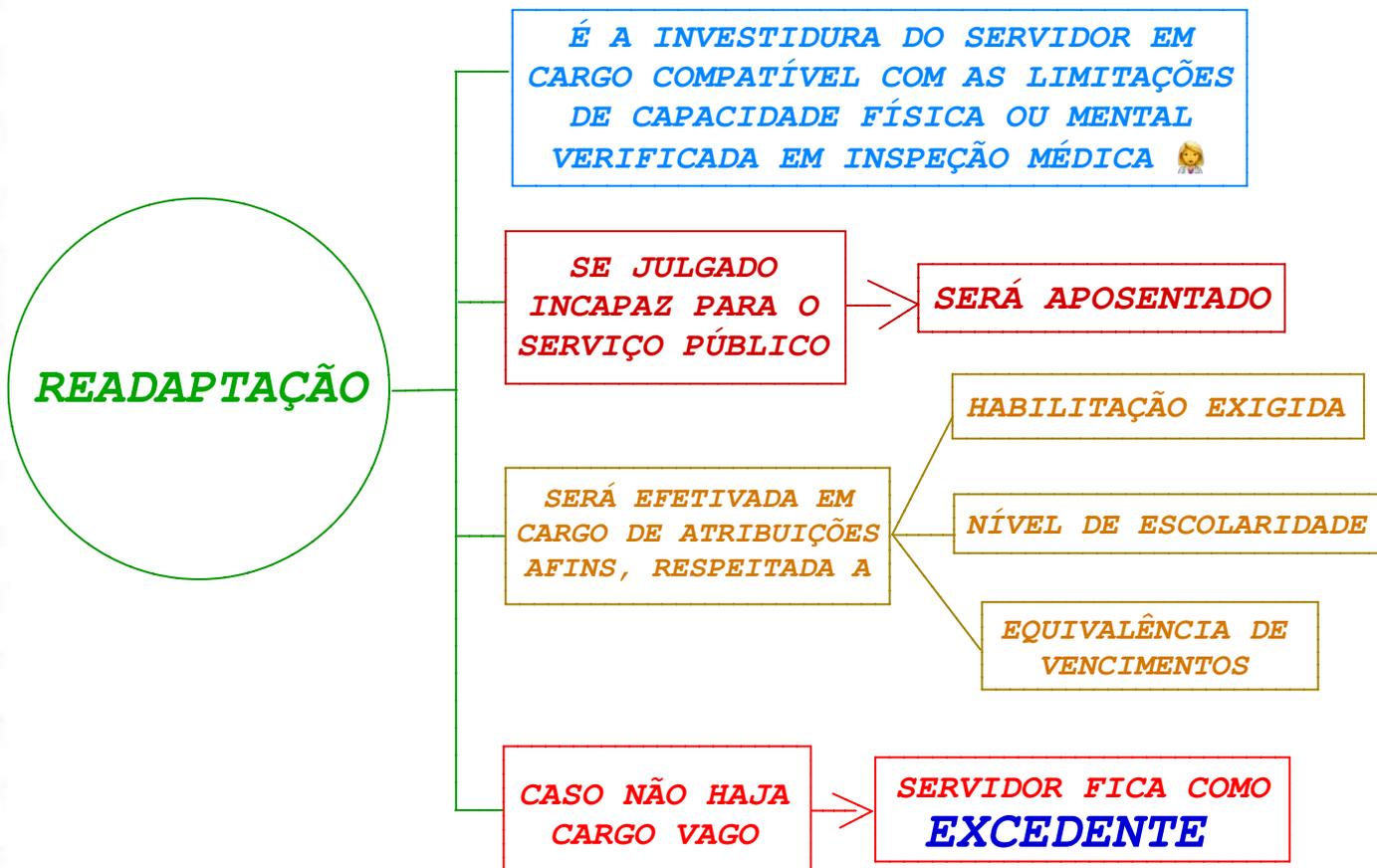
#### PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPRESSOS

<b>LEGALIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>👉 NINGUÉM É OBRIGADO A FAZER ALGO, SENÃO EM VIRTUDE DE LEI (PARA OS PARTICULARES)</li><li>👉 SÓ PODE AGIR QUANDO HOUVER PREVISÃO EM LEI (PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)</li></ul>
<b>IMPESSOALIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>👉 PRINCÍPIO DA FINALIDADE - O ATO DEVE VISAR O INTERESSE PÚBLICO</li><li>👉 PRINCÍPIO DA IGUALDADE - TRATAMENTO IGUAL (SEM DISCRIMINAR)</li><li>👉 VEDAÇÃO A PROMOÇÃO PESSOAL</li></ul>
<b>MORALIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>👉 ATUAÇÃO ÉTICA/HONESTA/BOA-FÉ</li><li>👉 VEDAÇÃO AO NEPOTISMO</li></ul>
<b>PUBLICIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>👉 TRANSPARÊNCIA DOS ATOS PÚBLICOS (REGRA)</li><li>👉 É REQUISITO DE EFICÁCIA (REGRA)</li><li>👉 NÃO É ABSOLUTO (EXCEÇÕES - INTIMIDADE/SEGURANÇA)</li></ul>
<b>EFICIÊNCIA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>👉 DIRECIONADO PARA A ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS E FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO</li><li>👉 RACIONALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS</li></ul>

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

**DICA - LEI 8.112/90**

### READAPTAÇÃO



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

**DICA - LEI 8.112/90**

### FÉRIAS



**30 DIAS**

PODE SER CUMULADA ATÉ 2 PERÍODOS  
POR NECESSIDADE DO SERVIÇO

1º PERÍODO  
AQUISITIVO  
DE FÉRIAS

APÓS 12 MESES  
DE EXERCÍCIO

É VEDADO LEVAR À CONTA DE FÉRIAS  
QUALQUER FALTA AO SERVIÇO

PODE PARCELAR EM  
ATÉ 3 ETAPAS

DESDE QUE REQUERIDAS PELO  
SERVIDOR E NO INTERESSE  
DA ADMINISTRAÇÃO

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO ATÉ  
2 DIAS ANTES DO PERÍODO

SERVIDOR  
EXONERADO

PERCEBERÁ INDENIZAÇÃO  
DE FÉRIAS PROPORCIONAIS

NA PROPORÇÃO  
DE 1/12 MÊS  
DE EXERCÍCIO

BASE DE CÁLCULO DO MÊS  
EM QUE FOR PUBLICADO  
O ATO EXONERATÓRIO



# CNU

## DIVERSIDADE E INCLUSÃO

### SISTEMA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL

#### Princípio 1:

Todos os seres humanos **nascem livres e iguais em dignidade e direitos independente de orientações sexuais e identidades de gênero**. Os Estados devem promover educação e conscientização para promover o pleno exercício dos direitos humanos.

#### Princípio 2:

Todos e todas têm direito à igualdade perante a lei e à proteção da lei sem qualquer discriminação, seja ou não também afetado o gozo de outro direito humano.

**A discriminação com base na orientação sexual ou identidade gênero inclui qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero que tenha os objetivos ou efeito de anular ou prejudicar a igualdade perante a lei ou proteção igual da lei, ou o reconhecimento, gozo ou exercício, em base igualitária, de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais.**

#### Princípio 3:

Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero autodefinidas por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade.

**OBS:** Inclusive o STF já decidiu que **NÃO é necessário** realizar qualquer tipo de tratamento hormonal ou cirurgia para que um indivíduo realize mudança de nome.

#### Princípio 4:

**Ninguém deve ser arbitrariamente privado da vida, inclusive nas circunstâncias referidas à orientação sexual ou identidade de gênero.** A pena de morte não deve ser imposta a ninguém por atividade sexual consensual entre pessoas que atingiram a idade do consentimento ou por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE REFÚGIO E ASILO

### CONCEITO E NATUREZA DOS INSTITUTOS

O **Refúgio** e o **asilo** são institutos relacionados com a **perseguição** de indivíduos.

Enquanto no instituto do **refúgio** se protege aqueles indivíduos que, em regra, **estão fora** dos seus países de origem e são por estes perseguidos ou têm fundado temor de perseguição por motivos como **raça, religião, guerra, grupo social e opinião política**, no instituto do **asilo** se protege aqueles indivíduos que, por **motivos políticos**, estão no território do país estrangeiro que **concretamente** os persegue (**asilo territorial**) ou na embaixada do país de destino (**asilo diplomático**).

REFÚGIO	ASILO
Perseguição concreta <i>ou</i> fundado temor de perseguição por motivos como raça, religião, grupo social e opinião política.	Perseguição concreta por motivos políticos
Instituto humanitário apolítico	Instituto humanitário político
Ato unilateral de natureza declaratória	Ato unilateral de natureza constitutiva
Em regra, a proteção se opera fora do país.	A proteção se dá no território do país estrangeiro (asilo territorial) ou na embaixada do país de destino (asilo diplomático)

### PARA NÃO ESQUECER!

Embora na prática não seja sempre o caso, a concessão de refúgio ou asilo **não deve ser interpretada como um ato hostil por parte de outro Estado.**



# CNU

## DIVERSIDADE E INCLUSÃO

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O GRUPO VULNERÁVEL DOS NEGROS

#### O problema da discriminação racial

A discussão sobre **discriminação racial** aborda a necessidade de considerar a **igualdade em um sentido material**, além do formal. Em verdade, a igualdade perante a lei nem sempre é suficiente, pois as pessoas têm diferenças que não podem ser ignoradas. Surge, então, a discussão sobre igualdade em sentido material, ou **isonomia material**, que reconhece e respeita as diferenças entre indivíduos.

Observe-se a **definição de racismo** disposta na **Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância**:

*Racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial.*

Ou seja, o racismo é fundamentado na crença da **superioridade racial**. Mesmo que formalmente todos sejam considerados iguais, na prática, isso nem sempre ocorre, destacando-se a necessidade de **regras específicas** para promover **substancialmente** a igualdade entre negros e brancos.

### A QUESTÃO RACIAL A NÍVEL CONSTITUCIONAL

A Constituição Federal do Brasil estabelece como **objetivo fundamental** a promoção do bem-estar de todos, sem discriminação de origem, raça, cor, idade, e outras formas de preconceito. A Constituição também determina, nos artigos 5º (incisos XLI e XLII), a **criminalização do racismo**, sendo a **Lei 7.716/1989** responsável por atender a essa exigência constitucional.